



A PAZ NUCLEAR

N.F. Lavenère — Wanderley

Já são decorridos 39 anos de paz nuclear. E as duas superpotências, os Estados Unidos da América e a União Soviética continuam, cada vez mais, acumulando armas nucleares e vetores destinados ao seu lançamento, uma sobre a outra: mísseis, submarinos e aviões; tudo concorrendo para aumentar o risco de uma guerra nuclear que representará o extermínio das duas superpotências e, provavelmente, da própria civilização.

Não haverá um meio para estancar essa marcha para o suicídio mútuo e para a "destruição garantida", como dizem os estrategistas da guerra nuclear? Que espírito maléfico preside na mente dos governantes das duas superpotências, para que a insanidade da busca da

superioridade em armas nucleares passe a ser o objetivo estratégico prioritário?

Se cada uma das duas superpotências possuisse, hoje, um número de ogivas nucleares dez vezes menor (o que corresponderia, ainda, a alguns milhares de ogivas nucleares de cada lado) o impasse estratégico continuaria sendo o mesmo e nenhuma das duas superpotências poderia obter uma vitória militar mediante o lançamento de salvas de armas nucleares, porque provocaria uma retaliação nuclear e uma destruição intolerável em seu território.

A paz nuclear entre as superpotências é hoje uma exigência inarredável da sobrevivência da civilização e da própria humanidade. A guerra nuclear não será evitada

apenas por uma atitude sentimental ou filosófica dos responsáveis pela paz nuclear; a guerra nuclear só poderá ser evitada por uma Política adequada.

As armas nucleares, no mundo atual, representam um problema real, envolvendo uma ameaça incomensurável que tem que ser abordada pelas superpotências de forma pragmática; essa ameaça é de tal magnitude que está a exigir soluções; simples declarações e intenções pacifistas não são suficientes; essas soluções, certamente, não serão simples.

Nas negociações sobre o grave problema das armas nucleares há de se chegar a um ponto em que as acusações mútuas têm que ser substituídas por considerações mais serenas e calculadas sobre o perigo das armas nucleares em todos os seus aspectos. Nada é mais insensato do que não pensar sobre as armas nucleares, a não ser não pensar sobre elas de modo suficiente.

Os cientistas que produzem as armas nucleares e os estrategistas que planejam o seu emprego não são competentes nem estão particularmente credenciados quando se trata de preservar a vida e os seres humanos sobre a Terra; tudo que eles podem dizer é como as armas nucleares funcionam e quais os seus efeitos; eles não têm autoridade política e moral quanto ao emprego das armas nucleares.

Os cientistas, levados pelo ímpeto do desenvolvimento tecnológi-

co e da competição com o inimigo, primeiro inventam e constroem as armas nucleares e suas modalidades; depois surgem as perguntas sobre a melhor estratégia para empregá-las. A tecnologia das armas nucleares não é o efeito de um pensamento estratégico, mas a sua causa; daí o grande perigo.

O debate sobre armas nucleares, com freqüência, tem sido infestado por alterações fantasiosas ou por fatos obscuros; a opinião pública fica encurralada entre exaltados e especialistas; entre discursos inflamados e análises de sistemas; pior que isso, o debate fica, muitas vezes, infectado por ideologias.

Do lado norte-americano surgem argumentos que conduzem a uma corrida armamentista nuclear praticamente sem limites; para eles o perigo não reside nas armas nucleares, mas no expansionismo soviético e o perigo que ele representa para o mundo ocidental; daí para advogar a corrida armamentista nuclear norte-americana não medeia mais que um passo; para evitar a guerra nuclear, eles dizem, é necessário evitar o expansionismo soviético; chega-se, inevitavelmente, a um expansionismo nuclear para as duas superpotências, o que aumenta, consideravelmente, o perigo para a humanidade como um todo.

A estratégia nuclear norte-americana passa a se basear no anticomunismo o que não conduz a solu-

ção nenhuma para o impasse mortal entre as duas superpotências. Fica-se impossibilitado de negociar, nem mesmo falar, sobre um desarmamento, mesmo parcial, no campo das armas nucleares, sob pena de ser tachado de pró-soviético. Quando se chega a essa situação, fecha-se a porta a qualquer negociação sobre desarmamento nuclear e aumenta-se, em consequência, o risco de uma guerra nuclear.

O último "movimento pela paz", iniciado no começo da década dos anos 80, surgiu na Europa Ocidental e alastrou-se até os Estados Unidos da América; surgiu com a decisão da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) de instalar na Europa mísseis nucleares de alcance intermediário, os Pershing II e os mísseis de cruzeiro, para contrabalançar os mísseis SS-20 que os soviéticos já tinham instalado.

Os ativistas antinucleares falam como se a noite que baixou sobre os países totalitários atrás da Cortina de Ferro não mais existisse; falam como se fosse possível fazer um desarmamento nuclear unilateralmente; outros ativistas, adeptos do comunismo, chegam a alegar que o expansionismo soviético é causado pelo fato de que a União Soviética está cercada por todos os lados pelos seus inimigos.

O que se torna necessário é caminhar logo para um início de desarmamento, mesmo parcial, sem abandonar a necessidade histórica

de fazer frente ao expansionismo soviético em outros campos que não seja o das armas nucleares.

As armas nucleares não representam uma solução nem para a paz nem para a guerra. Obviamente, em se tratando de desarmamento nuclear não é suficiente apenas falar; é necessário agir; porque a destruição causada por uma guerra nuclear é completamente diferente da destruição causada pelas grandes guerras do passado, com armas convencionais. O que está em jogo é a sobrevivência da espécie humana e da civilização que herdamos, através de milênios, dos nossos antepassados.

A escalada nuclear de ambos os lados aumentou de muito a tensão já existente entre as duas superpotências, interrompendo as negociações sobre desarmamento nuclear. O equilíbrio entre o potencial de armas nucleares das duas superpotências tem que continuar durante muitos anos ainda; o que é inadmissível é que a escalada armamentista nuclear continue sem freios; as negociações precisam ser retomadas para congelar o número atual de armas nucleares de ambos os lados e para, em seguida, mediante a retomada de uma sanidade política, começar a reduzir o número de armas nucleares das duas superpotências, até onde for possível; até que os chefes responsáveis se convençam da irracionalidade da guerra nuclear.

A política das duas superpotências tem que ser conduzida de forma diferente; com os Estados Unidos confrontando o expansionismo soviético em outros campos que não seja o das armas nucleares e a União Soviética cessando a tentativa de impor ao resto do mundo a falácia do regime marxista-leninista, nem a de impor a falsa bandeira da eliminação do capitalismo e da livre iniciativa no mundo ocidental; mas, em ambos os casos, sem nunca apelarem para as armas nucleares como instrumento para ameaçar o adversário.

Nos Estados Unidos da América, tanto o Presidente Reagan como o seu antecessor, Presidente Carter, falam em "resposta flexível" e em guerra nuclear limitada, iludindo-se quanto à possibilidade de controlar a escalada, uma vez transposto o limiar da guerra nuclear.

Já os dirigentes soviéticos não têm ilusões quanto ao estabelecimento de "regras do jogo" uma vez desencadeada uma guerra nuclear. As críticas soviéticas à estratégia nuclear norte-americana baseiam-se nos seguintes argumentos:

a. é impossível evitar a escalada de uma guerra nuclear; as tentativas norte-americanas de planejar uma guerra nuclear limitada e de impor aos soviéticos determinadas "regras do jogo" são perigosamente ilusórias; os estrategistas soviéticos alertam que a União Soviética não poderá esperar para saber

se os primeiros ataques nucleares serão limitados ou não e se verá obrigada a desencadear um ataque retaliatório poderoso imediatamente após a detecção de um ataque nuclear inimigo;

b. é impossível delimitar com precisão, numa guerra nuclear, objetivos militares e objetivos civis e limitar, em consequência, os danos causados às populações e às cidades;

c. é impossível realizar um ataque nuclear que destrua ou neutralize completamente os mísseis nucleares estratégicos inimigos; sempre restarão mísseis instalados em terra, nos submarinos ou nos aviões de bombardeio, que poderão causar danos devastadores.

Depois que o Presidente Carter aprovou, em 25 de julho de 1980, a Diretiva Presidencial nº 59, estabelecendo que os Estados Unidos deviam desenvolver planos para trocas nucleares, seletivas e retardadas o Presidente soviético Brezhnev disse: "Declarações sobre um suposto uso parcial e limitado de armas nucleares não tem nada em comum com a realidade."

Hoje a opinião pública mundial não admite uma guerra nuclear, mas os dirigentes das duas superpotências não dão mostras de saber como proceder para controlar a espiral ascendente da escalada armamentista nuclear; a guerra nuclear tornou-se "impensável" para a maioria das pessoas mas os dirigentes das superpotências, presas da confrontação nuclear, não

conseguem nem negociar as medidas mais urgentes para diminuir o risco de uma guerra nuclear.

As armas nucleares não são como as outras armas convencionais; essa diferença foi reconhecida, desde o início da era nuclear, por Bernard Baruch que, já em 1946, disse: "até agora a principal finalidade do estabelecimento militar de uma potência tem sido o de vencer guerras; daqui para diante a principal finalidade será a de evitar guerras entre potências".

A política das potências precisa ser revista; a opção que está desafiando a política mundial está deixando de ser entre capitalismo e comunismo, entre democracia e totalitarismo para passar a ser entre sobrevivência e extermínio.

A paz nuclear nas últimas décadas apresentou aspectos inesperados em que pequenos países travaram guerras com grandes potências possuidoras de armas nucleares: Coreia, Vietname, Malvinas. A paz nuclear foi respeitada pelas potências possuidoras de armas nucleares, o que mostra que essas armas não representam um instrumento a ser aplicado no caso de guerras limitadas.

Os aliados lutaram na II Guerra Mundial por uma causa que eles consideraram justa; essa guerra justa culminou com o lançamento de duas bombas atômicas sobre o Japão. Decorridos 39 anos depois da II Guerra Mundial a situação é, hoje, completamente diferente; dezenas de milhares de ogivas nuclea-

res, de muito maior potência, se confrontam numa ameaça apocalíptica. Atualmente não há como pensar numa guerra nuclear justa; não há padrão moral que possa considerar justa uma guerra nuclear, principalmente se ela envolver as duas superpotências; os padrões morais desaparecerão juntamente com a civilização.

A crítica que se pode fazer à doutrina da dissuasão nuclear é que ela não se constitui numa estratégia; a teoria da dissuasão não indica como as armas nucleares podem ou devem ser usadas; ela se constitui num artifício, cujo objetivo é não usar as armas nucleares; e nisso a dissuasão se tornou no oposto da estratégia militar, cuja finalidade é indicar como as armas devem ser usadas. A dissuasão atende apenas à situação de antes do início da guerra; e se a dissuasão falhar?

Tem sido dito que a principal diferença de doutrina entre os Estados Unidos da América e a União Soviética é que a doutrina norte-americana focaliza como evitar a guerra nuclear e a soviética como agir na guerra nuclear caso ela não possa ser evitada; um planeja a dissuasão da guerra e o outro planeja a guerra depois que a dissuasão tenha falhado.

A dissuasão nuclear não pode ser chamada de paz; a dissuasão mediante a existência e a ameaça de uso de armas nucleares só pode ser considerada como um estado de crise; nesse caso a dissuasão

passa a ser sinônimo de perigo de guerra nuclear, decorrente de uma confrontação de armas nucleares; a situação de perigo de guerra nuclear começa com a simples existência de armas nucleares.

O argumento de que a dissuasão nuclear "tem funcionado" nas últimas décadas não é garantia de que continuará funcionando no futuro. A dissuasão nuclear cria uma situação que pode não ser falsa mas que, também, não é verdadeira; se a dissuasão falhar ficaremos sabendo que ela não era verdadeira; mas aí já será tarde demais.

A conclusão a ser tirada é que a dissuasão nuclear, por si só, não é suficiente mas não deve ser rejeitada; ela tem que ser complementada pelo desarmamento nuclear, o qual deve ser progressivo e deve

ser aplicado mediante as medidas de controle de armamentos. Dissuasão e desarmamento devem ser conceitos complementares; na fase atual, não se deve tentar o desarmamento sem a dissuasão e esta deve evoluir para um desarmamento progressivo e multilateral de armas nucleares.

BIBLIOGRAFIA

- "The Nuclear Delusion" - pelo Embaixador George Kennan - Pantheon Books - Nova Iorque - 1982.
- "The Fate of the Earth" - por Jonathan Schell - Alfred A. Knopf - Nova Iorque - 1982.
- "Nuclear war, nuclear peace" por Leon Wieseltier - Holt, Rinehart and Winston - Nova Iorque - 1983.
- Nelson Freire Levenère - Wanderley, junho de 1984.



O Tenente-Brigadeiro Nelson Freire Levenère-Wanderley, além dos cursos de formação e aperfeiçoamento, foi brevetado em grande número de tipos de avião. Fez o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (antes da criação do Ministério da Aeronáutica) e da Escola Superior de Guerra. Foi o primeiro oficial brasileiro a cursar o Air Corps Training Center, dos Estados Unidos. Participou do primeiro vôo do Correio Aéreo Militar (hoje CAN). Foi Instrutor-Chefe e Comandante da Esquadrilha de Aviação da Escola Militar do Realengo. Na II Guerra Mundial exerceu as funções de Oficial de Ligação Brasileiro, inicialmente junto às Forças Aéreas Aliadas do Mediterrâneo e, em seguida, junto ao Estado-Maior do XXII Comando Aéreo Tático. Acompanhou todas as operações da FAB na Itália, onde realizou treze missões de guerra como piloto em avião de caça P-47 "Thunderbolt".

Como Oficial Superior, foi Comandante da Base Aérea de São Paulo, do CPOR da Aeronáutica e do Comando de Transporte Aéreo. Foi Chefe do Ensino na ECEMAR, Adido Aeronáutico em Buenos Aires e participou da IV Reunião de Consulta dos Ministérios das Relações Exteriores, da OEA. Como Oficial General foi Comandante das 1ª, 4ª e 5ª Zonas Aéreas e da ECEMAR, Assessor Militar do Brasil na ONU, Ministro da Aeronáutica e Chefe do EMFA.

É membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do IGHMB e do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (do qual é Presidente).